
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
QUIROGRAFÁRIAS, EM SÉRIE ÚNICA, DA COMPANHIA ENERGÉTICA DO
RIO GRANDE DO NORTE - COSERN**

ENTRE

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
como Emissora,

E

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
*representando a comunhão dos titulares adquirentes das debêntures objeto da presente
emissão*

Datado de

18 de Dezembro de 2007

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, SEM GARANTIA, EM SÉRIE ÚNICA, DA COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN

Pelo presente instrumento particular,

1. **COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN**, companhia aberta com sede na Cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, na Rua Mermoz, nº 150, Bairro Baldo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.324.196/0001-81, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada "Emissora"); e
2. **PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, nº 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.227.994/0001-50, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social, representando a comunhão de titulares das debêntures objeto da presente emissão (doravante denominados "Agente Fiduciário" e "Debenturistas", respectivamente),

(doravante denominadas, conjuntamente, "Parte" ou "Partes"),

vêm, por esta e na correta forma de direito, celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, Quirografárias, em Série Única, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN" (doravante denominada "Escritura"), contendo as seguintes cláusulas e condições:

CAPÍTULO I - DA AUTORIZAÇÃO

1.1. Esta Escritura é celebrada com base na deliberação tomada na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 12 de dezembro de 2007 ("RCA").

1.2. Adicionalmente, o Conselho de Administração da Emissora ratificou, em reunião realizada em 13 de dezembro de 2007, o montante da Emissão, a Remuneração aplicável às Debêntures e o deságio no preço de subscrição ("RCA de Ratificação da Taxa").

CAPÍTULO II - DOS REQUISITOS

II.1. A 4ª (quarta) emissão de debêntures da Emissora (doravante denominadas a “Emissão” e as “Debêntures”, conforme definido na Cláusula V) é feita com observância dos seguintes requisitos:

II.1.1. Arquivamento e publicação de deliberações societárias. A ata da RCA e a ata da RCA de Ratificação da Taxa foram protocoladas perante a Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte (“JUCERN”) para arquivamento em 17 de dezembro de 2007, e foram publicadas no “Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte” e no jornal “Valor Econômico” em 14 de dezembro de 2007.

II.1.2. Inscrição da Escritura e de seus aditivos. Esta Escritura, bem como seus aditivos, serão inscritos na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei Das Sociedades por Ações, devendo ser submetida para tal registro dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar de sua celebração.

II.1.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários. A distribuição pública das Debêntures será registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro 1976, e alterações posteriores (“Lei nº 6.404/76”), da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução nº 400/03”), e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

II.1.4. Aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica. A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (“ANEEL”) aprovou a presente Emissão em 30 de novembro de 2007, por meio do Despacho nº 3.515/2007, publicado no Diário Oficial da União em 03 de dezembro de 2007.

II.1.5. Registro para distribuição no mercado primário. Foi solicitado registro para distribuição no mercado primário por meio do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação (“CETIP”), com base nas políticas e diretrizes fixadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (“ANDIMA”), sendo a subscrição das Debêntures liquidada e custodiadas na CETIP.

II.1.6. Registro para negociação secundária. Foi solicitado registro para negociação no mercado secundário, (a) no SND - Sistema Nacional de Debêntures (“SND”), administrado pela CETIP com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP, segundo as respectivas normas e procedimentos; e (b) no Sistema BovespaFix (“BovespaFix”), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa (“Bovespa”), sendo a negociação e a liquidação das Debêntures realizada na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (“CBLC”).

II.1.7. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento. A oferta das Debêntures será estruturada de acordo com o Código de Auto-Regulação para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários da Associação Nacional dos Bancos de Investimento, de 9 de maio de 2006 (“Código de Auto-Regulação” e “ANBID”, respectivamente), e registrada na ANBID, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do artigo 21 do Código de Auto-Regulação, pelo coordenador líder da Emissão (“Coordenador Líder”), conforme definido no “Contrato de Distribuição Pública, Sob Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Quirografárias, em Série Única, da 4ª Emissão da Companhia Elétrica do Rio Grande do Norte” (“Contrato de Distribuição”), celebrado entre a Emissora e os Coordenadores da Emissão.

CAPÍTULO III – DO OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

Atualmente, a Emissora tem por objeto social estudar, projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia, renováveis ou não, e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, bem como atividades associadas ao serviço de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia, renováveis ou não, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União Federal ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo.

A partir de setembro de 2005, de acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as atividades da Emissora estão restritas à distribuição de energia elétrica, lhe sendo vedado o exercício de qualquer outra atividade estranha à atividade de distribuição.

CAPÍTULO IV – DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

O montante líquido dos recursos, obtido pela Emissora com a distribuição pública das Debêntures será destinado para o resgate antecipado da 3ª emissão de debêntures simples, quirografárias, em série única, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN.

CAPÍTULO V - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

As Debêntures terão as seguintes características:

V.1. Número de ordem da Emissão. Esta é a 4ª (quarta) emissão de Debêntures da Emissora.

V.2. Valor total da Emissão. O valor total da Emissão é de R\$ 163.600.000,00 (cento e sessenta e três milhões e seiscentos mil reais), na Data de Emissão, conforme definido na Cláusula V.11.

V.3. Valor nominal unitário. O valor nominal unitário das Debêntures ("Valor Nominal Unitário") será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão.

V.4. Número de série. As Debêntures serão emitidas em série única.

V.5. Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 16.360 (dezesseis mil, trezentas e sessenta) Debêntures.

V.6. Forma. As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, e não contarão com a emissão de certificados representativos. Para todos os fins e efeitos de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Banco Itaú S.A., instituição depositária responsável pela escrituração das Debêntures ("Banco Mandatário"). Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos e, para as Debêntures custodiadas na CBLC, será por esta expedido relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem custodiadas na CBLC.

V.7. Convertibilidade em ações. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

V.8. Espécie. As Debêntures serão da espécie quirografária sob condição suspensiva e sem garantia.

V.8.1 A condição suspensiva consiste na liquidação financeira do resgate antecipado das debêntures da 3ª emissão de debêntures da Emissora.

V.9. Limite da Emissão. Tendo em vista que, na data de celebração da presente Escritura, (i) o capital social autorizado da Emissora é de R\$ 179.787.268,58 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e oitenta e sete mil, duzentos e sessenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), (ii) em 30 de setembro de 2007 o montante total atualizado das debêntures de emissões anteriores da Emissora em circulação era de R\$180.608.804,92 (cento e oitenta milhões, seiscentos e oito mil, oitocentos e quatro reais e noventa e dois centavos), e (iii) que a presente emissão tem como condição suspensiva a liquidação das debêntures da 3ª emissão de debêntures simples, quirografárias, em série única, da Emissora, uma vez atendida referida condição suspensiva, estará atendido o limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei nº 6.404/76.

V.10. Colocação. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. O público alvo é composto por investidores institucionais ou qualificados, conforme definição do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004. Entretanto, poderão ser atendidos outros investidores, pessoas físicas ou jurídicas, não

qualificados, clientes dos Coordenadores, desde que atestem ter tido amplo conhecimento dos termos condições e riscos inerentes à Emissão, bem como acesso aos Prospectos Preliminar e Definitivo. As Debêntures serão colocadas sob regime de garantia firme de colocação, nos termos do Contrato de Distribuição observado o disposto no § 3º do artigo 33 da Instrução CVM nº 400/03.

V.11. Data de emissão. Para todos os efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será 1º de dezembro de 2007 ("Data de Emissão").

V.12. Prazo e data de vencimento. As Debêntures terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, sendo o último vencimento em 1º de dezembro de 2014 ("Data de Vencimento das Debêntures").

V.13. Prazo para subscrição. As Debêntures serão subscritas em até 6 (seis) meses, contados da data de publicação do anúncio de início de distribuição da presente Emissão, ("Anúncio de Início").

V.14. Preço de subscrição. O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, conforme definido na Cláusula V.17, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, conforme definido na Cláusula V.16 deduzido de deságio de 0,568% (quinhentos e sessenta e oito milésimos por cento) ("Preço de Subscrição").

V.15. Formas de subscrição e integralização. A subscrição das Debêntures será efetuada por meio dos procedimentos da CETIP. O pagamento do Preço de Subscrição será realizado à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), em moeda corrente nacional.

V.16. Pagamento do Valor Nominal Unitário.

V.16.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será pago pela Emissora em 9 (nove) parcelas, semestrais e sucessivas, sendo o primeiro pagamento realizado em 1º de dezembro de 2010 ("Amortização" ou "Amortizações"), de acordo com a tabela abaixo:

	Pagamentos	% do Valor Nominal das Debêntures
1.	01/12/2010	11,11%
2.	01/06/2011	11,11%
3.	01/12/2011	11,11%
4.	01/06/2012	11,11%
5.	01/12/2012	11,11%
6.	01/06/2013	11,11%
7.	01/12/2013	11,11%
8.	01/06/2014	11,11%
9.	01/12/2014	11,12%

V.17. Remuneração.

V.17.1. O Valor Nominal Unitário não será atualizado. A partir da data de emissão, as Debêntures renderão juros de acordo com taxa apurada em Procedimento de *Bookbuilding* correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da taxa média diária do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extragrupo", calculada e divulgada pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 0,60% (sessenta centésimos por cento) ao ano ("Spread"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização ("Remuneração").

V.17.1.1. Define-se Período de Capitalização como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão, exclusive ("Período de Capitalização"). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento. A Remuneração correspondente a cada Período de Capitalização será devida semestralmente, a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 01/06/2008 e o último na Data de Vencimento, ou seja, em 01/12/2014 ("Data de Pagamento da Remuneração").

V.17.1.2. Foi realizado Procedimento de *Bookbuilding*, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros ("Procedimento de *Bookbuilding*") no qual foram definidas, de acordo com as condições de mercado a época da colocação, a remuneração e a quantidade de Debêntures a serem alocadas na Emissão.

V.17.1.3. O Conselho de Administração ratificou em reunião realizada em 13 de dezembro de 2007, o valor, a remuneração e o número total de Debêntures da Emissão, conforme artigo 59, §1º da Lei 6.404/76.

V.17.1.4. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures não amortizado, desde a Data de Emissão, ou da data do vencimento de juros imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

V.17.1.5. O cálculo da Remuneração das Debêntures obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]\}$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário da Debênture no início do primeiro Período de Capitalização, ou o saldo do Valor Nominal Unitário no caso dos demais Períodos de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = produtório das taxas DI Over da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

n_{DI} = número total de Taxas DI Over, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1$$

onde:

$k = 1, 2, \dots, n$

DI_k = Taxa DI Over divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

d_k = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI Over, sendo " d_k " um número inteiro;

FatorSpread= sobretaxa de juros fixos calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread = *Spread* das Debêntures ou sobretaxa, ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;

DP = é o número de dias úteis entre o a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

V.17.1.5.1. O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.

V.17.1.5.2. Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante, até o último considerado.

V.17.1.5.3. Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 08 (oito) casas decimais, com arredondamento.

V.17.1.5.4. Considera-se o resultado da multiplicação ("*FatorDI*" x "*FatorSpread*") com 09 (nove) casas decimais, com arredondamento.

V.17.1.6. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

V.17.1.7. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula, será utilizada, em sua substituição, para apuração de " TDI_k " a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

V.17.1.8. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos, o Agente Fiduciário deverá, no primeiro dia útil seguinte ao prazo de 10 (dez) dias ora mencionado, convocar AGD (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para a definição, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de remuneração a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração em vigor. Até a deliberação desse novo parâmetro serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, as fórmulas acima estabelecidas e para apuração de " TDI_k " será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.

V.17.1.9. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito

ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da realização da respectiva Assembléia de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures, no prazo de 20 (vinte) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado nos termos da Escritura de Emissão, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculada pro rata temporis, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência da Taxa DI será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida; ou
- (b) a Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, não excedendo o prazo de vencimento final e o prazo médio de amortização das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida na Cláusula 4.4 a seguir, observado que, até a amortização integral das Debêntures será utilizada uma Taxa Substitutiva definida pelos Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação e apresentada à Emissora na referida Assembléia de Debenturistas, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a respectiva taxa de Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

V.17.1.11. O resgate aqui definido seguirá os procedimentos adotados pela CBLC e/ou CETIP ou por meio do banco mandatário das Debêntures para os Debenturistas que não estejam com suas debêntures depositadas em custódia vinculada ao BovespaFix e/ou ao SND.

V.18. Local de pagamento. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no mesmo dia de seu vencimento, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP ou pela CBLC, ou por meio do Banco Depositário, para os titulares das Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC.

V.19. Banco Mandatário e Banco Depositário. O banco mandatário e banco depositário das Debêntures será o Banco Itaú S.A..

V.20. Fundo de Amortização. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

V.21. Repactuação. Não haverá repactuação das Debêntures.

V.22. Aquisição Facultativa. A Emissora poderá, a qualquer tempo até a Data de Vencimento, adquirir Debêntures em circulação, por preço igual ou inferior ao seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração *pro rata* devida até a data de aquisição e ainda não paga aos Debenturistas, observado o disposto no § 2º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

V.23. Encargos Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2,0% (dois por cento) e juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores, em atraso, encargos moratórios esses calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").

V.24. Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados, os prazos referentes ao cumprimento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro Encargo Moratório, se a data de vencimento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

V.25. Decadência dos Direitos aos Acréscimos. Sem prejuízo do disposto na Cláusula V.23, o não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de nenhum rendimento, acréscimo ou Encargos Moratórios, se houver, relativos ao período correspondente à data em que os recursos forem colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de comparecimento do Debenturista para recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

V.26. Publicidade. Observados os prazos especificados na presente Escritura, todos os atos e decisões destinados aos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no jornal "Valor Econômico" e "Diário Oficial do Rio Grande do Norte" e através da rede mundial de computadores, por meio do *site* da Emissora (<http://www.cosern.com.br>), devendo esta avisar o Agente Fiduciário, antecipadamente, da realização de qualquer publicação. O anúncio de início e o anúncio de encerramento da presente Emissão poderão ser publicados no jornal "Valor Econômico" na forma de aviso resumido, conforme estabelecido pela Instrução nº 400/03, sendo obrigatoriamente disponibilizados, em sua íntegra, no *site* da Emissora acima indicado.

V.27. Imunidade Tributária. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Banco Depositário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção

tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

V.28. Comunicações. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou por telegrama, nos endereços constantes abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem:

a. Para a Emissora:

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN

Rua Mermoz, 150, Bairro Baldo

Natal - RN

CEP: 59025-250

At. Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores – Sr. José Arcésio Rodrigues Neto

Telefone: (84) 3215-6104

Fac-símile: (84) 3215-6370

E-mail: jose.arcesio@cosern.com.br



b. Para o Agente Fiduciário:

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Rua Sete de Setembro, n.º 99, 24º andar

Rio de Janeiro – RJ

CEP: 20050-005

At. Sr. Carlos Alberto Bacha / Sr. Rinaldo Rabello Ferreira

Telefone: (21) 2507-1949

Fac-símile: (21) 2507-1773

E-mail: pavarini@pavarini.com.br

c. Para o Banco Mandatário e Banco Depositário:

BANCO ITAÚ S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 Torre Itaúsa

São Paulo – SP

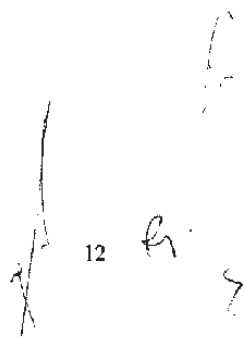
CEP: 04.344-902

At. José Nilson Cordeiro

Telefone: (11) 5029-1317

Fac-símile: (11) 5029-1917

E-mail: jose-nilson.cordeiro@itau.com.br



d. Para a CETIP:

CETIP - CÂMARA DE CUSTÓDIA E LIQUIDAÇÃO

Av. República do Chile, 230, 11º andar
Rio de Janeiro - RJ
CEP 20031-170
Telefone: (21) 2276-7474
Fac-símile: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar
São Paulo – SP
CEP 01009-000
Telefone: (11) 3111-1411
Fax: (11) 3115-1664

e. Para a CBLC:

COMPANHIA BRASILEIRA DE LIQUIDAÇÃO E CUSTÓDIA:

Rua XV de Novembro, 275, 6º andar
São Paulo - SP
CEP: 01014-001
Telefone: (11) 3247-4824
Fax: (11) 3247-5260

CAPÍTULO VI – DEFINIÇÕES DE TERMOS FINANCEIROS

VI. Para os fins desta Escritura, especialmente no que se refere ao disposto no item VII.2.1. abaixo, aplicar-se-ão as seguintes definições, baseadas em demonstrativos elaborados com base nos princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil:

“**Dívida Líquida**”: significa o endividamento oneroso total menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;

“**EBITDA**”: significa o lucro antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses ao qual deverá ser adicionado, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, a parcela da amortização da recomposição tarifária do racionamento; e

“**Resultado Financeiro**”: significa a diferença entre Receitas Financeiras e Despesas Financeiras ao longo dos últimos 12 (doze) meses, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio. O Resultado Financeiro será apurado em módulo se for negativo e, ser for positivo, será considerado “1”.

CAPÍTULO VII – DO VENCIMENTO ANTECIPADO

VII.1. Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático. O Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida desde a data da Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- a. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária perante os Debenturistas da Emissão, prevista nesta Escritura, não sanada em 2 (dois) dias úteis contados da data da inadimplência;
- b. (i) se a Emissora e/ou seus acionistas controladores ingressarem em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento da processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; (ii) pedido de auto-falência ou de falência da Emissora e/ou seus acionistas controladores, formulado pela Emissora e/ou por seus acionistas controladores; (iii) decretação de falência da Emissora e/ou seus acionistas controladores; e (iv) se a Emissora e/ou seus acionistas controladores pela Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;
- c. pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou de seus acionistas controladores e não devidamente elidido pela Emissora e/ou por seus acionistas controladores, no prazo legal então vigente;
- d. término ou rescisão, por qualquer motivo, do Contrato de Concessão nº 08/97, celebrado entre a Emissora e o Poder Concedente (União), em em 31 de dezembro de 1997, conforme aditado em 29 de novembro e em 18 de abril de 2005, relativo ao serviço público de distribuição de energia elétrica para o Estado do Rio Grande do Norte (“Contrato de Concessão”);
- e. inadimplemento, pela Emissora, de quaisquer obrigações a que esteja sujeita, como e quando tais obrigações tornarem-se exigíveis, observados os períodos de carência aplicáveis, obrigações essas em valor agregado igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), não regularizado em um período máximo de 30 (trinta) dias, a contar do descumprimento da obrigação;
- f. vencimento antecipado de quaisquer obrigações da Emissora, como e quando tais obrigações tornarem-se exigíveis, em valor agregado igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);

- g. liquidação, dissolução ou extinção da Emissora; e
- h. protesto de títulos contra a Emissora, ainda que na condição de garantidora, cujo valor unitário ou agregado seja maior ou igual a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), salvo se, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da ocorrência do referido protesto, (i) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, (ii) for cancelado, ou, ainda, (iii) forem prestadas garantias em juízo.

VII.2. Hipóteses de Vencimento Antecipado através de AGD. Observado o disposto na Cláusula VII.4, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos eventos abaixo, a AGD para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o quorum específico estabelecido na Cláusula VII.3, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- a. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não-pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento de notificação escrita do Agente Fiduciário nesse sentido;
- b. caso as declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura forem descumpridas ou provarem-se substancialmente falsas, incorretas, incompletas ou enganosas;
- c. alteração do controle acionário direto ou indireto da Emissora, sem que os Debenturistas previamente reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim aprovem referida alteração;
- d. cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, que possa de qualquer modo vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes desta Escritura, excetuadas a cisão, a fusão e a incorporação quando previamente aprovadas pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, observado o quorum previsto na Cláusula XI.5, sendo admitida a opção de dispensa da realização de Assembleia Geral de Debenturistas prevista no §1º do artigo 231 da Lei nº 6.404/76;
- e. não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado, ou decisão arbitral definitiva, contra a Emissora em valor agregado igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seu contra-valor em outras moedas no prazo de até 30 (trinta) dias da data estipulada para pagamento;
- f. não manutenção, pela Emissora, dos índices e limites financeiros a seguir: (a) Relação Dívida Líquida/EBITDA, não superior a 3 (três); e (b) Relação EBITDA/Resultado Financeiro, não inferior a 2 (dois); e
- g. realização de qualquer pagamento de dividendos pela Emissora, ressalvado o

disposto no artigo 202 da Lei n.º 6.404/76, ou de qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, caso esteja em mora relativamente ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão.

VII.2.1. A apuração pelo Agente Fiduciário das relações previstas na alínea i da Cláusula VII.2 acima deverá ser feita em relação a cada uma das demonstrações financeiras auditadas da Emissora, seja trimestral ou anual, até 05 (cinco) dias úteis após a sua disponibilização pela Emissora à CVM, na forma de legislação aplicável e de acordo com o disposto no item a.8 da Cláusula IX abaixo.

VII.2.2. Os índices e limites financeiros estabelecidos no item VII.2. (f) acima serão apurados ao final de cada trimestre fiscal, sendo certo que, em caso de descumprimento, a Companhia terá até o final do próximo trimestre fiscal, para obter o seu restabelecimento.

VII.2.3. As obrigações previstas nesta Cláusula VII vigorarão durante todo o prazo das Debêntures, até a Data de Vencimento, ou enquanto houver Debêntures em circulação.

VII.3. Após a realização da AGD mencionada na Cláusula VII.2, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescidos da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, a menos que titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, observando-se o previsto no parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM nº 28/83.

VII.4. Correção de Valores. Para fins de verificação do cumprimento das obrigações estabelecidas nos itens VII.1 (e), (f) e (h), acima, os respectivos valores de referência serão corrigidos pelo IGP-M a partir da data de assinatura desta Escritura ou, à falta deste, por outro índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas que reflita a perda do poder de compra da moeda nacional ocorrida no período.

CLÁUSULA VIII - OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

VIII.1. Oferta de Resgate Antecipado.

VIII.1.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, mediante deliberação em Reunião de Conselho de Administração, realizar a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o

resgate das Debêntures por eles detidas (“Oferta de Resgate Antecipado”). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma:

- (i) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado nos termos da Cláusula V.26 desta Escritura (“Editais de Oferta de Resgate Antecipado”), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (i) se a oferta de resgate será da totalidade das Debêntures ou se a mesma será parcial e, neste caso deverá estar descrito em tal edital, o procedimento para aquisição parcial (sorteio ou atendimento em ordem cronológica); (ii) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (iii) forma de manifestação do Debenturista que aceitar a oferta de resgate; (iv) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas; e (v) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas;
- (ii) Após a publicação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar no prazo disposto no Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Ao final deste prazo, a Emissora terá 3 (três) dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado;
- (iii) a Emissora, poderá condicionar o Resgate Antecipado à aceitação deste por um percentual mínimo de Debenturistas, a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado. Tal percentual deverá estar estipulado no Edital de Oferta de Resgate Antecipado; e
- (iv) o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures não amortizado, acrescido (i) da Remuneração devida e ainda não paga até a data de Resgate Antecipado, calculada nos termos do item V.17.1 desta Escritura; e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora.

VIII.1.2. As Debêntures resgatadas serão canceladas pela Emissora.

VIII.1.3. O pagamento das Debêntures resgatadas por meio da Oferta de Resgate Antecipado será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND, (ii) por meio dos procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no BovespaFix, e/ ou (iii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Mandatário, no caso de titulares das Debêntures que não sejam vinculados aos sistemas acima mencionados.

VIII.1.4. Para as Debêntures custodiadas na CETIP, no caso de resgate parcial das Debêntures, a operacionalização do resgate antecipado parcial será realizada através da operação de compra e de venda definitiva das Debêntures no mercado secundário. No entanto, todas as etapas da Oferta de Resgate Antecipado parcial,

tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

CAPÍTULO IX – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

IX. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- a. encaminhar ao Agente Fiduciário:
 - a.1. dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de seus trimestres sociais, disponibilizar ao mercado suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo trimestre social, bem como relatório contendo as informações necessárias para o cálculo e acompanhamento dos índices financeiros estabelecidos no Capítulo VII acima;
 - a.2. dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, disponibilizar ao mercado suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes e do relatório de administração, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração, e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora, bem como declaração da Companhia atestando o cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura, bem como relatório contendo as informações necessárias para o cálculo e acompanhamento dos índices e limites financeiros;
 - a.3. cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas editadas pela CVM, inclusive a Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, nos prazos ali previstos, ou qualquer outra norma que venha a substituí-la, nos prazos ali previstos;
 - a.4. o anúncio da convocação e a ata de qualquer assembléia geral de acionistas da Emissora, bem como as atas das reuniões do conselho de administração e da diretoria que contenham deliberações que guardem relação com a presente Emissão, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM nº 202/1993, ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da data em que forem (ou deveriam ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
 - a.5. na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos na Cláusula V.26;
 - a.6. informações a respeito de ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento ou Fato Relevante, imediatamente após sua ocorrência, nos termos da Instrução CVM 358/02, informando ainda o Agente Fiduciário;

- a.7. os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas desta Emissão, no prazo de até 15 (quinze) dias, contado da respectiva data de vencimento;
- a.8. dentro de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis após a disponibilização à CVM de qualquer informação trimestral (ITR) ou anual (DFP-IAN), devidamente auditadas, relatório demonstrativo do cumprimento da obrigação prevista na Cláusula VII.2.1, detalhado em relação a cada um dos índices e limites financeiros a serem observados, com a respectiva memória de cálculo e contas utilizadas;
- a.9. imediatamente, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser razoavelmente solicitada, por escrito, pelo Agente Fiduciário;
- a.10. informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no Capítulo VII - Vencimento Antecipado, imediatamente após a sua ocorrência;
- a.11. informações sobre alterações estatutárias ocorridas na Emissora dentro de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis após as referidas alterações, que possam impactar qualquer direito dos Debenturistas da presente Emissão; e
- a.12. cópia dos relatórios de classificação de risco (*rating*) da Emissão, que deverão ser emitidos anualmente pela agência de classificação de risco (*rating*), no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da data de seu recebimento. Esses relatórios deverão ser entregues à CVM na mesma data em que forem enviados ao Agente Fiduciário, em cumprimento a este item a.12.
- b. proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76 e pelas normas editadas pela CVM, inclusive pela Instrução CVM nº 207, de 01 de fevereiro de 1994, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- c. manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- d. manter contratados, durante a vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Depositária, o Banco Mandatário, os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e Bovespa-Fix) e a agência de classificação de risco (*rating*) previstas nesta Escritura;
- e. convocar a AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou

indiretamente, se relacionem com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;

- f. cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, inclusive o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;
- g. submeter, na forma da legislação aplicável, a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM, suas demonstrações financeiras;
- h. manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM e, bem assim, fornecer aos Debenturistas desta Emissão, quando assim solicitado, as demonstrações financeiras publicadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76;
- i. manter em adequado funcionamento um centro de atendimento, de forma eficiente, aos Debenturistas desta Emissão;
- j. não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- k. notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que (a) possa causar interrupção ou suspensão relevante das atividades da Emissora, (b) ~~faça com~~ que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora; ou (c) ~~cause~~ alteração substancial, nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura; e
- l. observar os limites de emissão prescritos no artigo 60, da Lei nº 6.404/76.

CAPÍTULO X - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

X.1. Nomeação. A Emissora nomeia e constitui a Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., como Agente Fiduciário dos Debenturistas da Emissão objeto desta Escritura, que, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação, para, nos termos da legislação aplicável e da Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures. A Emissora declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

X.2. Declarações. O Agente Fiduciário declara:

- a. não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, §3º, da Lei nº 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;

- b. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse, previstas no artigo 10, da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983;
- c. aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- d. aceitar integralmente os termos da presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições, tendo verificado a veracidade das informações nela contidas;
- e. estar devidamente autorizado, na forma da lei e de seus atos societários, a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações nela previstas;
- f. que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exeqüível de acordo com suas cláusulas;
- g. que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não violam qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- h. ser instituição devidamente organizada, equiparada a uma instituição financeira constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- i. que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão; e
- j. que verificou a observância, pela Companhia, do limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações.

X.3. Substituição. Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do evento que a determinar, AGD da presente Emissão, para a escolha do novo agente fiduciário, a ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a escolha, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria AGD que escolher o novo agente fiduciário, observado o disposto na Cláusula X.3.4.

X.3.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá ele comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas desta Emissão, pedindo sua substituição.

X.3.2. É facultado aos Debenturistas desta Emissão, após o encerramento do prazo para a distribuição pública das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

X.3.3. A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos na legislação aplicável, inclusive na Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores.

X.3.4. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a AGD desta Emissão não delibere sobre a matéria. Em hipótese alguma a remuneração do agente fiduciário poderá ser superior à remuneração ora avençada.

X.3.5. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à Escritura, averbado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte.

X.3.6. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data desta Escritura, ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

X.3.7. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas desta Emissão, em forma de aviso, de acordo com a Cláusula V.26.

X.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados pela CVM, em especial a Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983.

X.4. Deveres e atribuições. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- b. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão ou impedimento;
- c. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

- e. promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h. solicitar, à Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento e Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede ou o estabelecimento principal da Emissora;
- i. solicitar, às expensas da Emissora, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- j. convocar, quando necessário, a AGD da presente Emissão, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos termos da Cláusula V.26, observadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei nº 6.404/76, da regulamentação aplicável e desta Escritura;
- k. comparecer à AGD, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- l. elaborar, anualmente, relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - l.1. eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - l.2. alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - l.3. comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - l.4. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

- l.5. resgate, Amortização, aquisição facultativa, e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- l.6. acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- l.7. relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- l.8. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura; e
- l.9. declaração sobre sua aptidão para continuar o exercício da sua função de Agente Fiduciário;
- m. disponibilizar o relatório de que trata a alínea “l” aos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - m.1. na sede da Emissora;
 - m.2. no local por ele indicado;
 - m.3. na sede da CVM;
 - m.4. na sede da Bovespa e da CETIP; e
 - m.5. na sede da Instituição Líder;
- n. publicar, às expensas da Emissora, na forma da Cláusula V.2, anúncio comunicando aos Debenturistas desta Emissão que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea “m”;
- o. manter atualizada a relação dos Debenturistas desta Emissão, com endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária, à CBLC e à CETIP;
- p. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- q. notificar os Debenturistas desta Emissão, se possível individualmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, discriminando os procedimentos judiciais e/ou extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha

tomado ou esteja tomando para acautelar e proteger os interesses dos titulares das Debêntures. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

- q.1. à CVM;
- q.2. à Bovespa e à CETIP; e
- q.3. à Emissora.
- r. coordenar o sorteio das Debêntures que forem resgatadas antecipadamente, se for o caso;
- s. Enviar à ANBID os relatórios de classificação de risco das Debêntures, que deverão ser elaborados pela agência de *rating* contratada pela Emissora, anualmente, nos termos da Cláusula IX.a.12., em até 05 (cinco) dias úteis contados da veiculação dos referidos relatórios; e
- t. Notificar a Emissora, do descumprimento dos Índices Financeiros, em até 02 (dois) dias úteis contados do recebimento de documentos, por meio dos quais apure o referido descumprimento.

X.5. Atribuições Específicas. Observado as disposições desta Escritura, o **Agente Fiduciário** utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas desta Emissão e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, não sanado, se for o caso, nos prazos previstos no Capítulo VII:

- a. declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b. tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas desta Emissão;
- c. requerer a falência da Emissora, nos termos da lei brasileira; e
- d. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou, ainda, em qualquer procedimento judicial análogo aos previstos nesta alínea, que substituam ou complementem a atual legislação sobre falências e recuperações judiciais ou extrajudiciais.

X.5.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não-adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "c", da Cláusula anterior, se, convocada a AGD desta Emissão, aquela assim o autorizar, por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação. Para a hipótese prevista na alínea "d", da Cláusula anterior, bastará a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação.

X.6. Remuneração. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação aplicável e desta Escritura, remuneração paga de seguinte forma:

- (a) Parcelas anuais de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), devida a primeira no 5º (quinto) dia útil após a obtenção do registro da oferta pública pela CVM e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes;
- (b) O Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;
- (c) A remuneração prevista no item anterior será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (d) As parcelas referentes ao item "a" serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, e até as datas de pagamento de cada parcela seguinte, calculada *pro rata die* se necessário;
- (e) A remuneração não inclui as despesas razoáveis com publicações, transporte, alimentação, extração de certidões, viagens e estadias, necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome e acompanhadas dos respectivos comprovantes, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas razoáveis com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.
- (f) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2 % ao mês e juros de mora de 1,0 % ao mês, sem prejuízo da atualização monetária;
- (g) As remunerações serão acrescidas dos seguintes Impostos: ISS (Impostos sobre serviços de qualquer natureza), IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento; e

- (h) A remuneração cobre os serviços a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como a participação do Agente Fiduciário em assembleias e/ou reuniões de Debenturistas ressaltando a possibilidade dos referidos eventos serem realizados na sede do Agente Fiduciário.

X.7. Despesas. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que, comprovadamente, tenha incorrido, para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas desta Emissão, ou para realizar seus créditos.

X.7.1. O ressarcimento a que se refere a cláusula anterior será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a entrega, à Emissora, dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

X.7.2. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais, inclusive administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer, para resguardar os interesses dos Debenturistas desta Emissão, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas desta Emissão e, posteriormente, conforme previsto em lei e na Instrução CVM nº 28/83, ressarcidas pela Emissora. Os recursos para o pagamento de tais despesas, a serem adiantados pelos Debenturistas desta Emissão, incluem, também, gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou, ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas da presente Emissão. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, decorrentes da sucumbência em ações judiciais, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas da presente Emissão, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência, por um período superior a 30 (trinta) dias, com relação ao pagamento destas, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas da presente Emissão para cobertura do risco da sucumbência.

X.7.3. Excluem-se das obrigações de antecipação de recursos estipuladas na Cláusula anterior os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, ficando desde já estipulado que caberá aos demais Debenturistas arcar com tal ônus, devendo os Debenturistas, então impedidos por lei de efetuar tais antecipações, reembolsar os demais Debenturistas quando receberem os valores devidos pela Emissora.

X.7.4. As despesas a que se refere a cláusula X.7 e seguintes compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- a. publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b. extração de certidões;

- c. locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- d. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

X.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses, ou realizar créditos dos Debenturistas da presente Emissão, não saldado na forma ora estabelecida, será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

CAPÍTULO XI – DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

XI.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

XI.2. Convocação. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures, ou pela CVM.

XI.2.1. A Assembléia Geral de Debenturistas será convocada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A Assembléia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 08 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembléia em primeira convocação.

XI.2.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, ao menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora efetua suas publicações, respeitadas as regras relacionadas à publicação de anúncio de publicação.

XI.2.3. Independentemente das formalidades previstas em lei e nesta Escritura, será considerado regular a AGD em que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

XI.2.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observado os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independente de terem comparecido à AGD.

XI.3. Quorum de Instalação. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

X.3.1. Para efeito de constituição de todos os quoruns de instalação e/ou deliberação da AGD previstas nesta Escritura, considera-se "Debêntures em

Circulação” todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; as de titularidade de (i) empresas controladoras (ou grupo de controle) da Emissora; e (ii) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

XI.4. Mesa Diretora. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures, ou àquele designado pela CVM.

XI.5. Quorum de Deliberação. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, com exceção da modificação (i) da data de vencimento das Debêntures, (ii) das condições da Amortização, (iii) que diminua a Remuneração; (iv) que altere qualquer um dos *quori* de deliberação da AGD; ou (v) que altere qualquer hipótese de vencimento antecipado previstos na presente Escritura, as quais deverão ser deliberadas por Debenturistas que representem 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em circulação, na forma do disposto no artigo 71, § 5º, da Lei nº 6.404/76, ressalvado o disposto na cláusula X.5.1.

XI.5.1. Para os fins de apuração do quorum de deliberação em qualquer AGD da presente Emissão, serão excluídos os votos em branco, as Debêntures mantidas em tesouraria pela Emissora ou que sejam de titularidade, direta ou indireta, de sociedades sob controle comum, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, e de pessoas físicas que sejam controladoras bem como dos administradores de referidas sociedades (“Debêntures em Circulação”).

CAPÍTULO XII – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

XII.1. A Emissora declara e garante que:

- a. é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- b. os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- c. mediante a aprovação da ANEEL e da CVM mencionada no Capítulo II, está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e demais contratos relacionados à Emissão, e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

- d. a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas (d.1) não infringem nem resultam em vencimento antecipado ou na rescisão de qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora; (d.2) não infringem qualquer disposição legal; (d.3) não resultem na criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, (d.4) não infringem qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; (d.5) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- e. esta Escritura constitui obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- f. os prospectos preliminar e definitivo ("Prospectos") contêm e conterão, no mínimo, todas as informações relevantes em relação à Emissora, nas respectivas datas de cada um dos Prospectos, no contexto da presente Emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, ~~das~~ responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, ~~perdas~~, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo ~~declarações~~ falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- g. as declarações e informações contidas nos Prospectos prestadas ~~pela~~ Emissora com relação à Emissora, suas atividades, sua situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que os Prospectos foram elaborados de acordo ~~com~~ as normas pertinentes;
- h. as opiniões, análises e previsões expressas nos Prospectos em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- i. não há fatos relativos à Emissora, nas respectivas datas de cada um dos Prospectos, ou relativos às Debêntures não divulgados nos Prospectos, cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração relevante dos Prospectos seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- j. as demonstrações financeiras da Emissora, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006, e as demonstrações financeiras relativas aos trimestres findos em 30 de setembro de 2006 e 2007, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora, e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e a situação financeira da Emissora refletida Demonstrações Financeiras ora referidas não sofreu, até a data de assinatura desta Escritura, qualquer alteração relevante;

- k. observado o disposto nos Prospectos, a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- l. exceto pelas contingências informadas nos Prospectos, não há qualquer (i) descumprimento contratual, legal, judicial, administrativo ou arbitral; ou (ii) qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira ou outras, ou em sua atividade; e
- m. a Emissora possui todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas.

CAPÍTULO XIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

XIII.1. Irrevogabilidade e Irretratabilidade. A presente Escritura é celebrada com caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

XIII.2. Renúncia. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas desta Emissão, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora, prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedentes, no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

XIII.3. Despesas. A Emissora arcará com todos os custos (i) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CVM, no SND e no BovespaFix; (ii) das taxas de registro; (iii) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura e os atos societários da Emissora; (iv) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Mandatário e Banco Depositário, e agência de classificação de risco (*rating*); (v) despesas gerais (*out-of-pocket* – limitadas a R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais); e (vi) despesas com assessoria jurídica.

XIII.4. Título Executivo. A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações neles encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

XIII.5. Independência das Cláusulas. Caso uma ou mais cláusulas da presente Escritura sejam consideradas inválidas, ilegais, ineficazes ou inexecutáveis, em qualquer aspecto, as demais cláusulas aqui previstas permanecerão válidas, legais, eficazes e

exeqüíveis, até o cumprimento integral, pelas Partes, de suas obrigações, nos termos desta Escritura.

XIII.6. Lei Aplicável. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

XIII.7. Foro. Fica eleito o Foro do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir as questões oriundas da presente Escritura e da Emissão, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

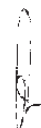


Estando assim, certas e ajustadas, as Partes, obrigando-se por si e seus sucessores, celebram a presente Escritura em 4 (quatro) vias, de igual teor e forma, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo-assinadas.

São Paulo, 18 de Dezembro de 2007

[O RESTANTE DESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

CO
SE
RN
GR
UPO
NEO
ENER
GIA





32


[Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, Quirografárias, em Série Única, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN]

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN



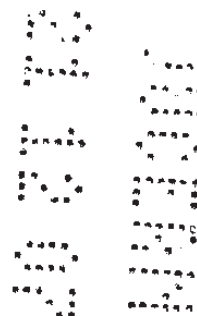
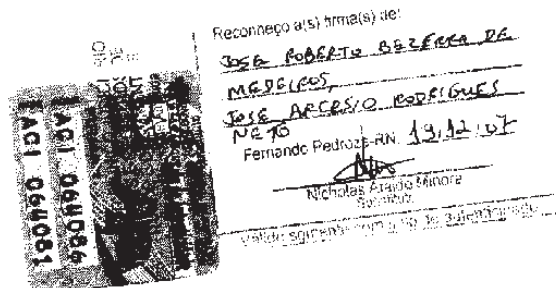
Nome:
Cargo:

José Arcélio Rodrigues Neto
Superintendente Financeiro e de
Relações com Investidores



Nome:
Cargo:

José Roberto Bezerra de Medeiros
Diretor Presidente



[Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, Quirografárias, em Série Única, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN]

PAVARINI DISTRUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Rosileia
Nome: ROSILEIA MAYER FLORENTINO
Cargo: PROCURADORA

Carlos Alberto Bacha
Nome: CARLOS ALBERTO BACHA
Cargo: PRO-CURADOR

TESTEMUNHAS

1. *Alexandre*
Nome: Alexandre Alves da Silva
RG nº: GERENTE FFI
CPF: 021.950.087-84
CRC/RJ: 081781/0-2

2. *Djailson*
Nome: Djailson Ximenes Dantas
RG nº: Gestor de Dívida e de RI
CPF: 242.578.214-00
RG: 393.600 ITEP/RN

Cartório do 219 Ofício de Notas. Iracema do Ouvidor, 21 B
Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tabelião: Ney Ribeiro. Reconheço
por semelhança as firmas de: CARLOS ALBERTO BACHA e ROSILEIA MAYER
FLORENTINO
Cod: 01FCSCE0868A
Rio de Janeiro, 18 de Dezembro de 2007. Conf. por:
Eu testemunho da verdade.

